

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

MARINHA DO BRASIL
CENTRO INDUSTRIAL NUCLEAR DE ARAMAR

(Processo Administrativo nº 63229.050835/2025-12)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de **materiais elétricos - cabos, conectores, terminais e acessórios de ligação** nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UN	QTD MÍN POR SOLICITAÇÃO	QTD MÁX POR SOLICITAÇÃO	QTD TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	CABO DE PROGRAMAÇÃO, para conexão do controlador Zelio ao PC, com ponta USB, compatível com Windows XP, Vista ou 7, ref.: SR2USB01, Schneider ou similar. Comprimento do cabo: 3 metros.	628654	UN	1	4	4	R\$ 994,54	R\$ 3.978,16
2	CABO DE PROGRAMAÇÃO, para rele programável CLIC02, com ponta USB, ref.: CLW-02/ULINK, WEG ou similar. Comprimento do cabo: 1,8 metros.	628653	UN	1	4	4	R\$ 600,97	R\$ 2.403,88
3	CABO FLEXÍVEL MULTICONDUTORES, dimensões 3x2,5mm², material condutor cobre eletrolítico, isolamento em composto termofixo Etileno-Propileno (HEPR) para 90°C, antichama, tempera mole, classe de encordoamento de 4 a 5, tensão 0,6/1kV, cores preto, branco e azul, cobertura extrudada em pvc, conforme NBR NM 280 e NBR 7286, ref.: CABO MULTINAX FLEX HEPR, fabricante Cobrecom ou similar. Embalagem: rolo com 100 metros.	320396	UN	2	6	6	R\$ 865,67	R\$ 5.194,02

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

4	CABO FLEXÍVEL MULTICONDUTORES, dimensões 4x6,0mm ² , material condutor cobre eletrolítico, isolação em composto termofixo Etileno-Propileno (HEPR) para 90°C, antichama, têmpera mole, classe de encordoamento de 4 a 5, tensão 0,6/1kV, cores vermelha, preto, branco e azul, cobertura extrudada em pvc, conforme NBR NM 280 e NBR 7286, ref.: CABO MULTINAX FLEX HEPR, fabricante Cobrecom ou similar. Embalagem: rolo com 100 metros.	333616	UN	1	4	4	R\$ 3.040,00	R\$ 12.160,00
5	CABO FLEXÍVEL MULTICONDUTORES, dimensões 4x16mm ² , material condutor cobre eletrolítico, isolação em composto termofixo Etileno-Propileno (HEPR) para 90°C, isolação das vias internas em pvc, antichama, têmpera mole, classe de encordoamento de 4 a 5, tensão 0,6/1kV, cores vermelho, preto, branco e azul, conforme NBR NM 280 e NBR 7286, ref.: CABO MULTINAX FLEX HEPR, fabricante Cobrecom ou similar. Embalagem: rolo com 100 metros.	374083	UN	1	4	4	R\$ 6.314,33	R\$ 25.257,32
6	CABO FLEXÍVEL MULTICONDUTORES, dimensões 4x2,5mm ² , material condutor cobre eletrolítico, isolação em composto termofixo Etileno-Propileno (HEPR) para 90°C, antichama, têmpera mole, classe de encordoamento de 4 a 5, tensão 0,6/1kV, cores vermelha, preto, branco e azul, cobertura extrudada em pvc, conforme NBR NM 280 e NBR 7286, ref.: CABO MULTINAX FLEX HEPR, fabricante Cobrecom ou similar. Embalagem: rolo com 100 metros.	320396	UN	1	4	4	R\$ 1.060,00	R\$ 4.240,00

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

7	CABO FLEXÍVEL, dimensão 1x10mm ² , material condutor cobre eletrolítico, isolamento em PVC para 70°C, antichama, têmpera mole, classe de encordoamento 5, tensão 750V, cor preta, conforme NBR NM 280 e NBR NM 247-3, ref.: CABO FLEXICOM, fabricante Cobrecom ou similar. Embalagem: rolo com 100 metros.	333637	UN	1	4	4	R\$ 1.105,67	R\$ 4.422,68
8	CABO FLEXÍVEL, dimensão 1x2,5mm ² , material condutor cobre eletrolítico, isolamento em PVC para 70°C, antichama, têmpera mole, classe de encordoamento 5, tensão 750V, cor preta, conforme NBR NM 280 e NBR NM 247-3, ref.: CABO FLEXICOM, fabricante Cobrecom ou similar. Embalagem: rolo com 100 metros.	316359	UN	2	10	10	R\$ 233,00	R\$ 2.330,00
9	CABO FLEXÍVEL, dimensão 1x25mm ² , material condutor cobre eletrolítico, isolamento em composto termofixo Etileno-Propileno (HEPR) para 90°C, antichama, têmpera mole, classe de encordoamento 5, tensão 0,6/1kV, cor preta, conforme NBR NM 280 e NBR 7286, ref.: GTPROM FLEX HEPR, fabricante Cobrecom ou similar. Embalagem: rolo com 100 metros.	316359	UN	1	4	4	R\$ 2.379,00	R\$ 9.516,00
10	CABO FLEXÍVEL, dimensão 1x70mm ² , material condutor cobre eletrolítico, isolamento em composto termofixo Etileno-Propileno (HEPR) para 90°C, antichama, têmpera mole, classe de encordoamento 5, tensão 0,6/1kV, cor preta, conforme NBR NM 280 e NBR 7286, ref.: GTPROM FLEX HEPR, fabricante Cobrecom ou similar. Embalagem: rolo com 100 metros.	316359	UN	1	4	4	R\$ 6.810,33	R\$ 27.241,32

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

11	CABO FLEXÍVEL, dimensão 1x1,5mm², material condutor cobre eletrolítico, capa em pvc, cor preta, antichama, tempera mole, classe de encordoamento 5, tensão 750V, isolamento térmica 70°C, conforme NBR NM 280 e NBR NM 247-3. Embalagem: rolo com 100 metros.	296779	UN	1	4	4	R\$ 148,70	R\$ 594,80
12	CONECTOR GRAMPO PARALELO alumínio/alumínio com 02 parafusos 1/0 AWG, ref.: GPAL-44-2, fabricante Intelli ou similar.	407401	UN	10	30	30	R\$ 22,90	R\$ 687,00
13	CONECTOR GRAMPO PARALELO alumínio/cobre com 02 parafusos 1/0 AWG, ref.: GPAL-44-2B, fabricante Intelli ou similar.	407401	UN	10	60	60	R\$ 29,05	R\$ 1.743,00
14	CONECTOR MACHO, tipo fixo, para SEALTUBO, diâmetro de 1.1/2", fabricado em latão fundido zincado, rosca BSP, ref.: CMZ-1 ½ ou similar.	622401	UN	10	30	30	R\$ 28,69	R\$ 860,70
15	CONECTOR MACHO, tipo fixo, para SEALTUBO, diâmetro de 1/2", fabricado em latão fundido zincado, rosca BSP, ref.: CMZ-1/2 ou similar.	457924	UN	25	50	50	R\$ 4,24	R\$ 212,00
16	CONECTOR MACHO, tipo fixo, para SEALTUBO, diâmetro de 2", fabricado em latão fundido zincado, rosca BSP, ref.: CMZ-2 ou similar.	484423	UN	5	15	15	R\$ 42,27	R\$ 634,05
17	CONECTOR MACHO, tipo fixo, para SEALTUBO, diâmetro de 3/4", fabricado em latão fundido zincado, rosca BSP, ref.: CMZ-3/4 ou similar.	602303	UN	5	25	25	R\$ 6,63	R\$ 165,75
18	CONECTOR MACHO, tipo giratório, para SEALTUBO, diâmetro de 1.1/2", fabricado em latão fundido zincado, rosca BSP.	622401	UN	10	40	40	R\$ 36,12	R\$ 1.444,80
19	CONECTOR MACHO, tipo giratório, para SEALTUBO, diâmetro de 1", com duplo sextavado, fabricado em latão	622735	UN	10	20	20	R\$ 31,10	R\$ 622,00

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

	zincado eletroliticamente, rosca BSP, montagem com rosqueamento anti-horário, ref.: SPTF CMZGL-1 ou similar.							
20	CONECTOR MACHO, tipo giratório, para SEALTUBO, diâmetro de 1/2", fabricado em latão fundido zincado, rosca BSP, ref.: CMZG-1/2 ou similar.	457924	UN	15	30	30	R\$ 5,91	R\$ 177,30
21	CONECTOR MACHO, tipo giratório, para SEALTUBO, diâmetro de 2", fabricado em latão fundido zincado, rosca BSP.	484423	UN	5	10	10	R\$ 41,57	R\$ 415,70
22	CONECTOR MACHO, tipo giratório, para SEALTUBO, diâmetro de 3/4", fabricado em latão fundido zincado, rosca BSP, ref.: CMZG-3/4 ou similar.	602303	UN	15	30	30	R\$ 7,80	R\$ 234,00
23	CONECTOR PRENSA CABO, diâmetro de 1/4", fabricado em nylon-6 (poliamida-6), cor cinza, com grau de proteção IP-68, rosca BSP para cabos 3 – 6,5mm, ref.: WG-01 C + P WETZEL ou similar.	470693	UN	20	40	40	R\$ 3,01	R\$ 120,40
24	CONECTOR PRENSA CABO, diâmetro de 2", fabricado em nylon-6 (poliamida-6), cor cinza, com grau de proteção IP-68, rosca BSP para cabos 37 – 44mm, ref.: WG-35 C + P WETZEL ou similar.	486550	UN	10	30	30	R\$ 60,52	R\$ 1.815,60
25	CONECTOR PRENSA CABO, diâmetro de 3/8", fabricado em nylon-6 (poliamida-6), cor cinza, com grau de proteção IP-68, rosca BSP para cabos 5-10 mm, ref.: WG-05 C + P WETZEL ou similar.	322555	UN	25	50	50	R\$ 4,07	R\$ 203,50
26	CONECTOR PRENSA CABO, diâmetro de 3/4", fabricado em Nylon-6 (Poliamida-6), cor cinza, grau de proteção IP68, Rosca NPT, para cabos 13-18 mm, ref.: WT-15 LC, fabricante Wetzels ou similar.	365429	UN	25	50	50	R\$ 6,50	R\$ 325,00

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

27	CONECTOR PRENSA CABOS, diâmetro de 1.1/2", fabricado em Nylon-6 (Poliamida-6), cor cinza, grau de proteção IP68, Rosca BSP, para cabos 32-38mm, ref.: WG-30 C + P, Wetzel ou similar.	365428	UN	10	50	50	R\$ 33,90	R\$ 1.695,00
28	CONECTOR PRENSA CABOS, diâmetro de 1.1/4", fabricado em Nylon-6 (Poliamida-6), cor cinza, grau de proteção IP68, Rosca BSP, para cabos 22-32mm, ref.: WG-25 C + P, Wetzel ou similar.	470702	UN	10	50	50	R\$ 16,30	R\$ 815,00
29	CONECTOR PRENSA CABOS, diâmetro de 1", fabricado em Nylon-6 (Poliamida-6), cor cinza, grau de proteção IP68, Rosca BSP, para cabos 18-25mm, ref.: WG-20 C + P, Wetzel ou similar.	398189	UN	10	50	50	R\$ 8,99	R\$ 449,50
30	CONECTOR SPLIT-BOLT, material fundido em bronze, para 1 condutor de cobre e aço cobreado 35 - 50mm ² ou para 2 condutores de cobre e aço cobreado 6 - 50mm, ref.: TEL-6325, Termotécnica ou similar.	292442	UN	10	50	50	R\$ 18,60	R\$ 930,00
31	FITA AUTOFUSÃO I-10, cor preta, material à base de EPR não perecível, conforme norma ASTM D-4388, largura 19 mm, espessura 0,76 mm, classe de tensão até 69kV, temperatura 90°C, resistente a UV. Embalagem: rolo com 20 metros.	604732	UN	10	90	90	R\$ 43,70	R\$ 3.933,00
32	FITA ISOLANTE PLÁSTICA P-44 SUPER, em PVC, cor preta, conforme norma NBR NM 60454-3-1, largura 19mm, espessura 0,18 mm, autoextinguível à chama, temperatura 90°C, resistente a UV, para uso em instalações elétricas até 750 V. Embalagem: rolo com 20 metros.	464018	UN	10	170	170	R\$ 22,05	R\$ 3.748,50

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

33	GARRA JACARÉ, para bateria, tamanho médio, material latão niquelado, isolador termoplástico, capacidade 50A, cor preta, comprimento aprox. 100mm, abertura da boca aprox. 28mm.	378879	UN	5	40	40	R\$ 2,50	R\$ 100,00
34	GARRA JACARÉ, para bateria, tamanho médio, material latão niquelado, isolador termoplástico, capacidade 50A, cor vermelha, comprimento aprox. 100mm, abertura da boca aprox. 28mm.	378880	UN	5	40	40	R\$ 2,50	R\$ 100,00
35	GARRA JACARÉ, tamanho pequeno, comprimento garra aprox. 27mm, capa emborrachada, cor preta, tensão por mola, ponto para soldagem a fio.	345943	UN	10	110	110	R\$ 0,95	R\$ 104,50
36	GARRA JACARÉ, tamanho pequeno, comprimento garra aprox. 27mm, capa emborrachada, cor vermelha, tensão por mola, ponto para soldagem a fio.	345944	UN	10	110	110	R\$ 0,95	R\$ 104,50
37	PINO BANANA, tamanho médio, material do pino latão niquelado, material do corpo PVC, com encaixe lateral, diâmetro 4,0mm, cor preta, corrente nominal 15A.	437120	UN	5	15	15	R\$ 8,79	R\$ 131,85
38	PINO BANANA, tamanho médio, material do pino latão niquelado, material do corpo PVC, com encaixe lateral, diâmetro 4,0mm, cor verde, corrente nominal 15A.	437120	UN	5	15	15	R\$ 8,80	R\$ 132,00
39	PINO BANANA, tamanho médio, material do pino latão niquelado, material do corpo PVC, com encaixe lateral, diâmetro 4,0mm, cor vermelha, corrente nominal 15A.	437120	UN	5	15	15	R\$ 8,80	R\$ 132,00
40	PLUG FÊMEA, 2P+T PB, tensão 250V, 10A, material termoplástico, cor branca, condutores em liga de cobre, saída reta, com prensa-cabos para cabos até Ø 8mm,	423977	UN	10	20	20	R\$ 5,17	R\$ 103,40

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

	NBR14136.							
41	PLUG FÊMEA, 2P+T PB, tensão 250V, 20A, material termoplástico, cor branca, condutores em liga de cobre.	422690	UN	10	20	20	R\$ 8,93	R\$ 178,60
42	PLUG INDUSTRIAL, 3P+T, tensão nominal 380/440VCA, corrente nominal 63A, cor vermelha, grau de proteção IP67, corpo em Poliamida 66, terminais de latão maciço, em conformidade com as normas ABNT NBR IEC 60309-1/2/4, ABNT NBR IEC 60529, ABNT NBR IEC 60695-2-11, ref.: S4576W, STECK ou similar.	348436	UN	2	20	20	R\$ 684,54	R\$ 13.690,80
43	PLUG MACHO 2P+T, padrão brasileiro, tensão 250V, 10A, material termoplástico, cor branca, pino cilíndrico maciço e terminais em liga de cobre, Ø dos pinos até 4 mm, saída lateral, com prensa-cabos para cabos até Ø 8mm, NBR14136. Ref.: 615832, fabricante Legrand ou similar.	423976	UN	10	50	50	R\$ 24,71	R\$ 1.235,50
44	PLUG MACHO 2P+T, padrão brasileiro, tensão 250V, 10A, material termoplástico, cor branca, pino cilíndrico maciço e terminais em liga de cobre, Ø dos pinos até 4 mm, saída reta / axial, com prensa-cabos para cabos até Ø 8mm, NBR14136. Ref.: 615801, fabricante Legrand ou similar.	403256	UN	20	100	100	R\$ 10,12	R\$ 1.012,00
45	PLUG MACHO, 2P, padrão brasileiro, tensão 250V, 10A, termoplástico, pino cilíndrico maciço e terminais em liga de cobre, diâmetro dos pinos até 4 mm, para cabo com diâmetro externo de até 13mm, saída lateral, cor branca, conforme NBR 14136, ref.: 615830, Legrand ou similar.	416242	UN	10	50	50	R\$ 11,83	R\$ 591,50
46	PLUG MACHO, 2P+T PB, tensão 250V, 10A, material termoplástico, cor cinza, condutores em liga de cobre,	403256	UN	5	10	10	R\$ 11,25	R\$ 112,50

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

	saída lateral, com prensa-cabos para cabos até Ø 13mm.							
47	PLUG MACHO, 2P+T PB, tensão 250V, 20A, material plástico de poliamida, componentes condutores, pino maciço em liga de cobre, cor branca, conforme NBR 14136.	403543	UN	10	20	20	R\$ 8,76	R\$ 175,20
48	TERMINAL À COMPRESSÃO, para condutores de 25mm², (um furo / barril curto), dimensões aprox. 32mmx12,9mm (AxL), material condutor cobre eletrolítico, acabamento estanhado, corrente máx de 182A, dimensões do furo: diâmetro 8,5mm, parafuso 5/16" M8, normas: ABNT NBR-5370 / ABNT NBR-5410, ref.: TM-25-8, Intelli ou similar.	462338	UN	50	150	150	R\$ 1,91	R\$ 286,50
49	TERMINAL À COMPRESSÃO, para condutores de 35mm², (um furo / barril curto), dimensões aprox. 36mmx15mm (AxL), material condutor cobre eletrolítico, acabamento estanhado, corrente máx de 226A, dimensões do furo: diâmetro 8,5mm, parafuso 5/16" M8, normas: ABNT NBR-5370 / ABNT NBR-5410, ref.: TM-35, Intelli ou similar.	462337	UN	50	100	100	R\$ 3,17	R\$ 317,00
50	TERMINAL À COMPRESSÃO, para condutores de 50mm², (um furo / barril curto), dimensões aprox. 42,5mmx18mm (AxL), material condutor cobre eletrolítico, acabamento estanhado, corrente máx de 275A, dimensões do furo: diâmetro 10,5mm, parafuso 3/8" M10, normas: ABNT NBR-5370 / ABNT NBR-5410, ref.: TM-50, Intelli, ou similar.	462336	UN	25	50	50	R\$ 5,05	R\$ 252,50
51	TERMINAL À COMPRESSÃO, para condutores de 70mm², (um furo / barril curto), dimensões aprox. 46mmx20,3mm (AxL), material condutor cobre eletrolítico, acabamento estanhado, corrente máx de	322882	UN	25	50	50	R\$ 7,30	R\$ 365,00

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

	353A, dimensões do furo: diâmetro 10,5mm, parafuso 3/8" M10, normas ABNT NBR-5370 / ABNT NBR-5410, ref.: TM-70, Inteli ou similar.							
52	TERMINAL À COMPRESSÃO, material cobre eletrolítico, acabamento estanhado, condutor de 10mm ² , diâmetro do furo 5,2mm, parafuso M5 - 3/16", corrente 101 A, 8,5mmx23mm(LxA), normas ABNT NBR-5370 / ABNT NBR-5410, aplicações: painéis elétricos, ligações de chaves disjuntoras, motores, máquinas, barramentos, quadros de distribuição elétrica, entre outras; ref.: TM-10, Inteli, ou similar.	236391	UN	100	200	200	R\$ 1,18	R\$ 236,00
53	TERMINAL À COMPRESSÃO, para condutores de Ø 16mm ² (um furo / barril curto), dimensões aprox. 28mmx11,3mm (AxL), material condutor cobre eletrolítico, acabamento estanhado, corrente máx de 137A, dimensões do furo: diâmetro 5,2mm, parafuso 3/16" M5, normas ABNT NBR-5370 / ABNT NBR-5410, ref.: TM-16, Inteli ou similar.	236389	UN	100	200	200	R\$ 1,72	R\$ 344,00
54	TERMINAL À COMPRESSÃO, para condutores flexíveis de 120mm ² , (um furo / barril curto) material cobre eletrolítico, com revestimento superficial em estanho, dimensões aprox. 56mmx27mm (AxL), corrente máx de 500A, diâmetro do furo de 13,8mm, barril com formato expandido para fácil introdução dos condutores flexíveis, com janela de vigia no barril, em conformidade com as normas ABNT NBR-5370 / ABNT NBR-5410, ref.: TF-120-13, fabricante Inteli ou similar.	624353	UN	15	30	30	R\$ 16,30	R\$ 489,00

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

55	TERMINAL À COMPRESSÃO, para condutores flexíveis de 16mm², (um furo / barril curto), material cobre eletrolítico, com revestimento superficial em estanho, dimensões aprox. 28mmx11,3mm (AxL), corrente máx de 137A, diâmetro do furo 6,5mm, barril com formato expandido para fácil introdução dos condutores flexíveis, com janela de vigia no barril, em conformidade com as normas ABNT NBR-5370 / ABNT NBR-5410, ref.: TF-16-6, fabricante Intelli ou similar.	236389	UN	30	60	60	R\$ 1,78	R\$ 106,80
56	TERMINAL À COMPRESSÃO, para condutores flexíveis de 25mm², (um furo / barril curto), material cobre eletrolítico, com revestimento superficial em estanho, dimensões aprox. 31,5mmx12,9mm(AxL), corrente máx de 182A, diâmetro do furo 8,5mm, barril com formato expandido para fácil introdução dos condutores flexíveis, com janela de vigia no barril, em conformidade com as normas ABNT NBR-5370 / ABNT NBR-5410, ref.: TF-25-8, fabricante Intelli ou similar.	428396	UN	25	50	50	R\$ 2,48	R\$ 124,00
57	TERMINAL À COMPRESSÃO, para condutores flexíveis de 35mm², (um furo / barril curto), material cobre eletrolítico, com revestimento superficial em estanho, dimensões aprox. 36mmx15mm(AxL), corrente máx de 226A, diâmetro do furo 8,5mm, barril com formato expandido para fácil introdução dos condutores flexíveis, com janela de vigia no barril, em conformidade com as normas ABNT NBR-5370 / ABNT NBR-5410, ref.: TF-35, fabricante Intelli ou similar.	428399	UN	25	50	50	R\$ 3,91	R\$ 195,50
58	TERMINAL À COMPRESSÃO, para condutores flexíveis de 50mm², (um furo / barril curto), material cobre eletrolítico, com	379890	UN	25	50	50	R\$ 5,05	R\$ 252,50

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

	revestimento superficial em estanho, dimensões aprox. 42mmx18mm(AxL), corrente máx de 275A, diâmetro do furo 8,5mm, barril com formato expandido para fácil introdução dos condutores flexíveis, com janela de vigia no barril, em conformidade com as normas ABNT NBR-5370 / ABNT NBR-5410, ref.: TF-50-8, fabricante Intelli ou similar.							
59	TERMINAL À COMPRESSÃO, para condutores flexíveis de 6mm², (um furo / barril curto), material cobre eletrolítico, com revestimento superficial em estanho, dimensões aprox. 22,5mmx7,8mm(AxL), corrente máx de 73A, diâmetro do furo 5,2mm, barril com formato expandido para fácil introdução dos condutores flexíveis, com janela de vigia no barril, em conformidade com as normas ABNT NBR-5370 / ABNT NBR-5410, ref.: TF-6, fabricante Intelli ou similar.	600298	UN	50	100	100	R\$ 1,37	R\$ 137,00
60	TERMINAL À COMPRESSÃO, para condutores flexíveis de 95mm², (um furo / barril curto), material cobre eletrolítico, com revestimento superficial em estanho, dimensões aprox. 49mmx24mm(AxL), corrente máx de 430A, diâmetro do furo 10,5mm, barril com formato expandido para fácil introdução dos condutores flexíveis, com janela de vigia no barril, em conformidade com as normas ABNT NBR-5370 / ABNT NBR-5410, ref.: TF-95, fabricante Intelli ou similar.	600299	UN	15	30	30	R\$ 8,42	R\$ 252,60
61	TERMINAL ELÉTRICO, tipo olhal, pré-isolado, para cabo 2,5mm², diâmetro furo 4,3mm, cor azul, ref.: RVS 2-5, fabricante SIBRATEC ou similar. Embalagem: pacote com 100 peças.	473323	UN	1	4	4	R\$ 45,33	R\$ 181,32

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

62	TERMINAL ELÉTRICO, tipo olhal, pré-isolado, para cabo 4 a 6mm², diâmetro furo 6,2mm, cor amarela, ref.: RV 5.5-6, fabricante SIBRATEC ou similar. Embalagem: pacote com 100 peças.	473322	UN	1	4	4	R\$ 84,19	R\$ 336,76
63	TERMINAL ISOLADO, tipo faston fêmea, cabo 2,5mm², material latão estanhado, cor azul, lingueta: 6,5mm, ref.: FDFD 2-250, SIBRATEC ou similar. Embalagem: pacote com 100 peças.	473326	UN	1	4	4	R\$ 51,81	R\$ 207,24
64	TERMINAL ISOLADO, tipo faston fêmea, isolado, cabos 4,0 a 6,0mm², material latão estanhado, cor amarelo, lingueta: 6,5mm, ref.: FDD 5,5-250, SIBRATEC ou similar. Embalagem: pacote com 100 peças.	473325	UN	1	4	4	R\$ 55,33	R\$ 221,32
65	TERMINAL PRÉ ISOLADO, tipo olhal, cabo 10mm², diâmetro do furo 8,2mm, cor vermelha, ref.: RV 8-8, SIBRATEC ou similar. Embalagem: pacote com 100 peças.	443571	UN	1	4	4	R\$ 224,57	R\$ 898,28
66	TOMADA DE EMBUTIR, 2P+T PB, tensão 250V, 20A, formato redondo, material poliamida, terminais em latão, cor preta, sem placa, para instalação em condutele metálico de ¾".	614339	UN	10	70	70	R\$ 8,44	R\$ 590,80
67	TOMADA DE EMBUTIR, 2P+T, padrão brasileiro, tensão 250V, 10A, formato redondo, corpo em termoplástico, terminais em latão, cor preta, com haste longa, conformidade com a norma ABNT NBR 14136, ref.: 23076, Transmobil ou similar.	485953	UN	20	100	100	R\$ 6,06	R\$ 606,00
68	TOMADA INDUSTRIAL DE EMBUTIR, 3P + T, tensão nominal 440V, corrente nominal 30A, sem placa, ref.: 56403, fabricante: Legrand ou similar.	450434	UN	2	20	20	R\$ 157,62	R\$ 3.152,40

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

69	TOMADA INDUSTRIAL SOBREPOR, 3P+T, fêmea, tensão nominal 380/440VCA, corrente nominal 63A, cor vermelha, corpo em Poliamida 66, terminais de latão maciço, grau de proteção IP 67, em conformidade com as normas ABNT NBR IEC 60309-1/2/4, ABNT NBR IEC 60529 e 60695-2-11, ref.: S4506W, Steck ou similar.	484595	UN	2	20	20	R\$ 792,44	R\$ 15.848,80
70	TUBO TERMOCONTRÁTIL, diâmetro expandido 1,5mm, parede mínimo de 0,20 e máximo de 0,32mm, material poliolefina flexível, cor preta. Embalagem com 10 metros.	612546	UN	2	10	10	R\$ 16,05	R\$ 160,50
71	TUBO TERMOCONTRÁTIL, diâmetro expandido 10mm, parede mínimo de 0,20 e máximo de 0,32mm,, material poliolefina flexível, cor preta. Embalagem com 10 metros.	480115	UN	2	10	10	R\$ 30,25	R\$ 302,50
72	TUBO TERMOCONTRÁTIL, diâmetro expandido 4mm, parede mínimo de 0,20 e máximo de 0,32mm, material poliolefina flexível, cor preta. Embalagem com 10 metros.	479937	UN	2	10	10	R\$ 17,40	R\$ 174,00

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 100 (cem) dias contados do recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. Os bens objeto da aquisição estão dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho constantes do Catálogo Unificado de Materiais - CATMAT do SIASG.

1.5.1. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes do CATMAT e do presente Termo de Referência, prevalecem estas últimas.

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 00394502000144-0-000153/2026;
- II) Data de publicação no PNCP: 14/11/2025;
- III) Id do item no PCA: 90;
- IV) Classe/Grupo: 5999; e
- V) Identificador da Futura Contratação: 742030-97/2026.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Tratando-se os bens, objeto desta licitação, de produtos cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA Nº. 23, de 14/11/2024, sob um dos códigos a seguir: 5-2, 5-4 ou afins (códigos relacionados a fabricação de material elétrico, eletrônico ou correlatos); só será admitida a oferta de produtos cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei Nº. 6.938, de 1981; ou, alternativamente, fornecer declaração justificando a impossibilidade de apresentar tal comprovação de cadastramento, tendo o fornecedor realizado diligência junto ao fabricante.

4.1.2. Respeitados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, a Contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade e de natureza ambiental no fornecimento dos produtos, observando a Instrução Normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que versa sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e a Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010, que Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

4.1.3. Adotar medidas para evitar o desperdício de energia elétrica e água tratada;

4.1.4. Capacitar periodicamente os empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição;

4.1.5. Utilizar produtos, preferencialmente, sustentáveis (recicláveis, reutilizáveis e biodegradáveis) e de menor impacto ambiental;

4.1.6. Utilizar produtos, preferencialmente, acondicionados em embalagens que utilizem materiais recicláveis e atóxicos, conforme determinam as normas da ABNT NBR 15448-1 E 15448-2, de forma a garantir a máxima proteção durante sua utilização;

4.1.7. Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 07 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos que gerem ruído no seu funcionamento;

4.1.8. Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de produtos biodegradáveis.

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da nota de empenho, ou instrumento equivalente, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Estrada Sorocaba/Iperó, KM 12,5, Iperó/SP, no horário das 09:00 às 16:00 horas em dias úteis.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

6.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

6.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

6.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

6.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

6.2.4. Multa:

6.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

6.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

6.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

6.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

6.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 15% (quinze por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.

6.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

6.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

6.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:

6.2.4.7.1. Falhas ou irregularidades que não acarretem prejuízos a Administração;

6.2.4.7.2. Descumprimento de obrigações acessórias ou secundárias não classificadas em outra categoria de infração contratual;

6.2.4.7.3. Não cumprimento ou cumprimento irregular das obrigações.

6.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

6.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

6.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

6.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

6.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

6.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

6.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

6.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

6.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

6.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

6.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

6.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

6.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

6.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

6.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

6.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

6.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

6.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.13.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.13.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.23. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.24. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.25. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.25.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.25.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.25.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e

exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.25.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.26. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

7.27. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 17/12/2025.

7.28. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.29. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.30. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.31. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.32. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.33. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.34. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será integral.

Critérios de aceitabilidade de preços

8.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

8.3.1. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços da tabela constante no item 1.1. deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

8.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estadual relacionado ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

8.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

Disposições gerais sobre habilitação

8.24. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.25. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.26. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.27. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.28. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$162.512,65 (cento e sessenta e dois mil, quinhentos e doze reais e sessenta e cinco centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

9.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

9.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: Unidade Gestora Responsável: 742030 - CINA;

Unidade Gestora Executante: 742050 – CeITMSP;

II) Fonte de Recursos(FR): 1000000000 - Recursos Livres da União;

III) Programa de Trabalho: Tecnologia Nuclear da Marinha;

Programa de Governo: 6112 – Defesa Nacional;

Ação Orçamentária: 14T7 - Tecnologia Nuclear da Marinha (PGov 6112);

IV) Elemento de Despesa: 449030; e

V) Plano Interno: U499OP0/ U499MN0.

11. DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Anexos:

- Apêndice A
- Anexo I – Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato
- Anexo II – Modelo de termo de ciência e concordância

Iperó, SP, na data da assinatura.

GIRLENE LIMA RIBEIRO
Primeiro-Tenente (RM2-EN)
Encarregada de Seção

FELIPE LEMOS CHAVES
Capitão de Corveta (EN)
Superintendente de Operação

Após análise administrativa, APROVO, nos termos do artigo 7º, §1º, da Lei nº 14.133/2021, ressaltando que a análise de natureza técnica é de competência do Setor Requisitante.

JOSMAR CARREIRO FREITAS
Capitão de Mar e Guerra (EN)
Diretor

ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 dias úteis, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato (nota de empenho), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme art. 84 da Lei 14.133/2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.2. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.6.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.6.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.6.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.6.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.6.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.8. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.9. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.10. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.11. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em São Paulo/SP, (10ª Subseção Judiciária de São Paulo) para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

ANEXO II
MODELO DE TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital OU Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)